Vitória (ES), terça-feira, 26 de Agosto de 2025.

ARE SÃO MATEUS, por motivo de férias do titular, no período de 25/8 a 8/9/2025, na Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

Vitória, 25 de agosto de 2025.

THIAGO DUARTE VENÂNCIO
Subsecretário de Estado da Receita
Protocolo 1619544

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS FISCAIS ERRATA

Fica excluído da PAUTA Nº 060/2025, por **videoconferência**, do dia **13/10/2025**, às 14 horas, da Primeira Câmara de Julgamento, publicada no DIOES do dia 16/07/2025, o processo abaixo:

05 - SH FORMAS ANDAIMES E ESCORAMENTOS LTDA - Processo: 90718615 - Auto de Infração: 51728577 - Recurso Voluntário - Autuante: IGOR MARTINS GARÇIA - Advogados: LUIZ CLÁUDIO ALLEMAND, JOSÉ DIONÍZIO PERTEL BORGES, NERLITO SAMPAIO NEVES JUNIOR e ROVENA DOS SANTOS GOMES - Relator: THIAGO DE SOUZA PIMENTA.

Fica aditado à PAUTA Nº 060/2025, por **videoconferência**, do dia **13/10/2025**, às 14 horas, da Primeira Câmara de Julgamento, publicada no DIOES do dia 16/07/2025, o processo abaixo:

05 - AUTOLED COMERCIO DE PAINEIS LTDA - Processo: 90660668 - Auto de Infração: 51723788 - Recurso Voluntário - Autuante: ELIMAR DE ANDRADE - Advogado: GUILHERME SACOMANO NASSER - Relator: THIAGO DE SOUZA PIMENTA.

Vitória, 25.08.2025

SERGIO PEREIRA RICARDO
PRESIDENTE DO CERF

Protocolo 1618969

Junta Comercial do Estado do Espírito Santo - JUCEES -

EDITAL Nº 03/2025 - JUCEES DE 25 DE AGOSTO DE 2025 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - JUCEES

O Diretor-geral da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo - JUCEES, no uso das suas atribuições, considerando a Instrução Normativa DREI/SGD/ME Nº 82, de 19 de fevereiro de 2021, que institui os procedimentos para autenticação dos livros contábeis ou não dos empresários individuais, das empresas individuais de responsabilidade limitada - Eireli, das sociedades, bem como dos livros dos agentes auxiliares do comércio.

Considerando o Art. 4º da referida IN que dispõe que:

“§ 3º **É vedado o armazenamento** do conteúdo das averbações de todos os livros, cujo interesse é de exclusividade da sociedade e de sua administração, **nos servidores das Juntas Comerciais, devendo ser por esta automaticamente eliminado após**

30 (trinta) dias contados do deferimento da autenticação, sendo certo que o seu download pelo usuário poderá ser realizado quantas vezes se fizerem necessárias durante este período, sem cobrança de novo preço.”

“§ 6º A Junta Comercial deve garantir a segurança necessária para a preservação da confidencialidade do conteúdo dos livros, enquanto não procedida a sua eliminação.”

Considerando o Art. 19-A da referida IN que dispõe que:

“**Os livros físicos autenticados ou em exigência há mais de 30 (trinta) dias e, ainda, não retirados na Junta Comercial pelo seu requerente, poderão ser destruídos pelas Juntas Comerciais**, observada a garantia de não acesso a terceiros ao seu conteúdo durante todo o procedimento de eliminação.”

RESOLVE:

Art. 1º Publicar na página da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo <https://jucees.es.gov.br/> a **relação de livros por NIRE, CNPJ, RAZÃO SOCIAL e TIPO DE LIVRO** que estarão disponíveis para serem retirados pelo contador, pela empresa ou por um de seus representantes.

Art. 2º Os livros encadernados estarão disponíveis para serem retirados na sede da JUCEES, na Av. Nossa Sra. da Penha, 1915 - Santa Lúcia - Vitória-ES, entre os dias 27 de agosto e 25 de setembro de 2025.

Art. 3º Os livros não retirados dentro do prazo previsto no Art. 2º **serão destruídos pela JUCEES**, nos termos do § 3º do Art. 4º da IN 82 do DREI.

Vitória, 25 de agosto de 2025.

PAULO ALFONSO MENEGUELI
Diretor-geral - JUCEES

Protocolo 1619002

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 24/2025 ESTABELECE PROCEDIMENTOS PADRONIZADOS A SEREM OBSERVADOS PARA RESTITUIÇÃO DE DOCUMENTO ÚNICO DE ARRECAÇÃO - DUA

O Diretor-geral da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo - JUCEES, no uso de suas atribuições legais, determinadas no inciso XVII do art. 25, do Decreto nº 1.800, de 30/01/96, que regulamenta a Lei nº 8.934, de 18/11/94, e o inciso XVII, do art. 8º da Lei Complementar nº 313 de 07/01/2005; Considerando a necessidade de padronização dos processos internos de restituição do Documento Único de Arrecadação - DUA, visando facilitar o procedimento de restituição.

RESOLVE:

Art. 1º - Poderão ser objeto de pedido de restituição os pagamentos efetuados em favor da JUCEES, por meio do Documento Único de Arrecadação - DUA, quando este não estiver vinculado a qualquer processo que tenha tramitado na Autarquia.

Art. 2º - Qualquer pessoa poderá requerer a restituição de DUA, observando o seguinte:

- I) O processo será autuado no E-DOCS vinculado ao CPF do solicitante informado no Requerimento de Restituição;
- II) Somente poderá receber o valor da restituição aquele que comprovar a quitação do DUA;
- III) Pagamentos no qual apresentem código

de barras, a restituição poderá ser desembolsada em conta pertencente ao CPF/CNPJ através do qual o DUA fora emitido ou na conta daquele que efetuou o pagamento mediante apresentação no comprovante.

IV) Para pagamentos que sejam realizados via PIX, a restituição poderá acontecer em conta daquele que efetuou o pagamento conforme espelho financeiro da SEFAZ ou em conta pertencente ao CPF/CNPJ através do qual o DUA fora emitido.

V) Caso o pagamento tenha sido efetuado por meio de autenticação mecânica em dinheiro, o reembolso ocorrerá em conta pertencente ao CPF/CNPJ através do qual o DUA fora emitido;

VI) Caso o comprovante não apresente dados como NOME ou CPF/CNPJ de quem efetuou o pagamento, a restituição somente ocorrerá em conta pertencente ao CPF/CNPJ através do qual o DUA fora emitido;

VII) O reembolso poderá ocorrer, também, na conta daquele que tiver procuração específica para receber o valor solicitado;

a) A procuração deverá ser particular e com firma reconhecida em cartório, devendo ser assinada pela pessoa ou empresa que realizou o pagamento, devendo constar poderes para receber restituição perante a Junta Comercial;

b) No caso de empresa, a procuração deverá ser assinada por representante legal com poderes de administração, observado os termos do contrato social.

Art. 3º - A solicitação de restituição de DUA deverá ser realizada exclusivamente por meio do site "https://jucees.es.gov.br/requerimento-para-restituicao-de-documento-unico-de-arrecadacao-dua", sendo necessário o envio de:

I) Requerimento de Restituição preenchido;

II) Guia do DUA objeto da restituição;

III) Comprovante de pagamento;

a) No caso de pagamento realizado em duplicidade, devem ser encaminhados ambos os comprovantes de pagamento.

IV) Procuração, somente nos casos em que terceiro for receptor de valor a ser restituído.

a) Na procuração deve constar poderes específicos para receber restituição perante a Junta Comercial, com firma reconhecida em cartório.

Art. 4º - Cada solicitação de restituição deve ser enviada em uma única solicitação contendo os 4 documentos supracitados (procuração somente quando necessário).

Art. 5º - A solicitação será direcionada ao servidor responsável pela Autuação do Processo de Restituição de DUA, que após analisar o requerimento, confirmar o recolhimento da taxa junto a SEFAZ, realizar a consulta no sistema SIMPLIFICA-ES e nos casos passivos de restituição efetuar o bloqueio da taxa, autuará o processo no E- DOCS contendo documentação de solicitação, o espelho financeiro da SEFAZ e a tela de bloqueio do SIMPLIFICA-ES.

I) Em caso de duplicidade de pagamento, não haverá necessidade de realizar o bloqueio do DUA, exceto nos casos em que ambas as taxas estejam disponíveis para restituição.

II) Após autuação do processo, será enviado um e-mail para o endereço eletrônico informado no formulário de requerimento contendo o número do processo para que o solicitante possa acompanhar o andamento dos tramites.

III) Caso haja alguma irregularidade com a documentação e/ou as informações, um e-mail será enviado para o endereço eletrônico informado no formulário de requerimento, alertando sobre os erros e/ou divergências para que seja realizada a correção pelo requerente.

IV) Caso a taxa não seja passível de restituição, o solicitante será informado via e-mail tendo o prazo de 30 (trinta) dias para recorrer.

a) Caso o solicitante opte por recorrer da decisão, o recurso será encaminhado à Gerência de Análise Técnica - GERAT para análise e parecer a respeito.

Art. 6º - Após a autuação do processo, o mesmo seguirá para o Diretor-geral com solicitação de autorização para atendimento ao pedido de restituição.

Art. 7º - Sendo autorizada a restituição, o processo tramitará para a Gerência de Planejamento e Finanças - GEPLAN para pagamento.

Art. 8º - Nos casos de inconsistências de dados bancários para restituição e/ou pendências do solicitante junto aos órgãos governamentais, a Gerência de Planejamento e Finanças - GEPLAN desta Autarquia informará ao responsável pelo processo de restituição de DUA, no qual encaminhará por e-mail ao solicitante para regularização no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de arquivamento dos autos.

Art. 9º - A inércia do contribuinte/solicitante quanto à regularização dos dados para a restituição, conforme artigo 8º, ocasionará o envio do processo para o Secretário-geral para autorização do arquivamento sem o pagamento.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário. Vitória-ES, 25 de agosto de 2025.

PAULO ALFONSO MENEQUELI
Diretor-geral da JUCEES

Protocolo 1619291

Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SESP -

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº: 026/2021;

Contratante: Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social;

Processo Nº: 2021-4MDCG;

Forma de contratação: Pregão eletrônico nº 005/2021;

Contratado: TTM SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVOS LTDA;

CNPJ: 13.520.423/0001-84;

Objeto: prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 026/2021 pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme autorização prevista na sua Cláusula Sétima, a contar de 04/10/2025.

Valor: O valor mensal previsto para os serviços objeto do Contrato nº 026/2021 é de R\$ 23.478,75 (vinte e três mil, quatrocentos e setenta e oito reais e setenta e cinco centavos);

Vigência: 04/10/2025 a 03/10/2026;

Fonte: 1500.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais.

SILVANIO JOSÉ DE SOUZA MAGNO FILHO
Subsecretário de Estado de Gestão Administrativa
Protocolo 1618888